



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 95ª  
(NONAGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 91ª Sessão Ordinária;
- Ata da 92ª Sessão Ordinária.

#### Comunicado da Presidência

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta Presidência retifica a leitura do Expediente da Sessão Ordinária de 21 de outubro de 2015: considere-se lida também uma indicação da Deputada Telma Rufino.

Primeiro, gostaria de saudar o novo Secretário, Sr. Igor Tokarski. Seja bem-vindo. Que Deus o abençoe nessa caminhada. Pode ter certeza de que nós não daremos vida fácil a V.Exa. (Risos.) Daremos muito trabalho, mas pode ter certeza, com muito respeito, com muita acolhida, até porque sabemos que tem que ter muita responsabilidade neste trabalho e faremos o que for melhor para o bem da nossa cidade. Seja bem-vindo o nosso amigo Deputado Roosevelt Vilela, não sei se ainda está por aí. Está recebendo os cumprimentos lá fora. Aos demais colegas, aviso que eu estou na Presidência, então é bom levar o negócio a sério.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fossem incluídas na Ordem do Dia as Moções nº 248 e nº 249, de 2015, e os demais requerimentos que foram lidos nesta tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação de V.Exa.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós tomamos a decisão, na semana passada, no Colégio de Líderes, de que nós não estávamos dispostos a votar projetos do governo enquanto não houvesse uma decisão, um entendimento, do governo com as 32 categorias de trabalhadores que estão em greve no Distrito Federal. Essa decisão foi tomada, o governo prometeu que faria uma negociação com os sindicatos e que apresentaria um cronograma dos pagamentos.

Eu tenho o maior respeito pelo Governador Rollemberg e tenho feito tudo no sentido de apoiá-lo aqui. Da nossa bancada, eu e o Deputado Ricardo Vale votamos pelo remanejamento daquele recurso do IPREV – Instituto de Previdência dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Servidores do Distrito Federal –, até porque nós tínhamos clareza, Deputado, de que, se não votássemos, os servidores não receberiam salário.

Mas eu fiquei muito triste quando eu vi o Governador na televisão dizendo que nós não tínhamos votado os projetos todos. Nós deixamos claro, Deputado Agaciel Maia, desde o primeiro dia, que nós não votaríamos o IPTU da maneira como veio, porque o primeiro índice era 107% aqui no Plano Piloto, 94% no Guará, 74% na Ceilândia e alguns lugares tinham o índice de 639%. Para que a sociedade de Brasília tome conhecimento – o nosso alcance é pequeno, porque falamos através das redes sociais –, é preciso que se diga que, de tudo o que Governador do Distrito Federal pediu, nós votamos 90%. Esta Casa votou 90%.

Deputado Agaciel Maia, que é um grande articulador na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, um Deputado muito cuidadoso, mas muito consciente, veio a cada um de nós, um por um, convencendo-nos a votar. E nós ampliamos, Deputado Agaciel Maia, a arrecadação do GDF para 2016 em 1 bilhão, 489 milhões. O governo pedia em todos os projetos R\$1.649.999.428,55 (um bilhão, seiscentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Nós aprovamos – e está valendo – R\$1.489.379.545,96 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos). Portanto, nós aprovamos 90% do que ele quis. Noventa por cento! Então, não tentem responsabilizar a Câmara Legislativa por coisa por que nós não somos responsáveis.

É importante que o Governo do Distrito Federal se sente efetivamente com as categorias e apresente um calendário, um cronograma, porque eu não sinto disposição desta Casa de votar nenhum projeto, enquanto não se chegar a uma resolução. Não sinto nenhuma disposição.

Nós sabemos – eu e V.Exa., Deputado Agaciel Maia, fizemos parte da base do Governo Agnelo, e o Deputado Julio Cesar, que hoje é Líder do Governo era Secretário do Governo Agnelo – da dificuldade que tivemos nesta Casa. É bom que se pontue que o Governador Agnelo teve muito mais dificuldade de aprovar determinados projetos do que o Governador Rollemberg, que não tem base aqui na Casa. Até há pouco eu conversava ali com o Deputado Raimundo Ribeiro, conversava com o Deputado Bispo Renato Andrade e dizia que, a partir de hoje, o Governador tem um Deputado na base dele, que é do PSB, que é do partido dele.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, do alto da sua experiência de ter sido Deputado Federal e Deputado Distrital várias vezes, um homem que saiu do chão, como nós costumamos dizer, sofrido, trabalhador, se não fosse V.Exa., com o esforço de muitos Deputados aqui, no dia primeiro de janeiro deste ano, o governo podia fechar as portas. Estava falido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Não ia ter como pagar os servidores, não ia ter como pagar os fornecedores. Não está pagando ainda os atrasados de 2014, mas já está pagando normalmente, porque houve esse esforço desta Casa. Muitos diziam às vezes: “Mas o Deputado Chico Vigilante é da Oposição”. E eu dizia: “Mas ele nunca foi de oposição ao povo de Brasília nem aos trabalhadores”.

Se nós não tivéssemos feito esse esforço de utilizar o superávit do Iprev – e V.Exa. teve papel preponderante nisso –, os servidores talvez não estivessem hoje nas ruas lutando pelo justo aumento, mas, sim, pelo pagamento do mês que eles sequer teriam recebido. Muitas das empresas terceirizadas que prestam serviços ao Governo do Distrito Federal provavelmente já teriam demitido todos os seus empregados, porque o governo não teria condições de honrar o compromisso com elas.

Portanto, eu quero ser testemunho da grandeza e da importância que V.Exa. tem. V.Exa., como alguém da Oposição, poderia cruzar os braços e não ajudar em nada. Afinal de contas, V.Exa. não pertence à base do governo. Mas V.Exa. teve a grandeza – reconhecida pelos colegas, sejam da Oposição, sejam do governo –, de, com visão e experiência, ter tirado temporariamente o Governo do Distrito Federal da crise em que ele se encontrava.

V.Exa. está de parabéns. Eu convalido e assino embaixo de tudo o que V.Exa. está falando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Quero fazer das palavras do Deputado Agaciel Maia minhas também, e reconhecer o esforço do Deputado Chico Vigilante.

Na verdade, quando eu era Secretário de Esporte, já tivemos a oportunidade de muitas vezes sermos socorridos nesta Casa por V.Exa., sempre solícito às nossas demandas à época.

Realmente V.Exa. demonstrou, nesse processo todo que nós vivenciamos deste o início do ano, que tem ajudado o governo a enfrentar essa crise que estamos passando em Brasília. A bem da verdade, não só em Brasília, mas em nível nacional, a crise realmente tem deixado muitas pessoas e muitos governos em uma situação difícil. A gente pode citar vários, como o do Paraná e o do Rio Grande do Sul, que também vêm passando por dificuldades.

Reconheço o esforço que V.Exa., juntamente com o Deputado Wellington Luiz, vem fazendo em prol do Distrito Federal. Não é só porque V.Exa. é da Oposição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

que segue aquele ditado que muitas pessoas falam: quanto pior, melhor. V.Exa. não tem feito isso. Pelo contrário, em todas as demandas, todas as causas que realmente trazem um benefício para Brasília, independentemente de qual lado esteja, V.Exa. sempre tem mostrado que é a favor de Brasília. Então, eu quero agradecer todo o esforço que V.Exa. vem fazendo em prol deste governo.

Tenho certeza de que nós estamos passando por um momento difícil. Infelizmente, o cronograma que o nosso Governador coloca, para outubro, realmente é um pouquinho extenso, mas é a situação que nós estamos vivendo. Também não adianta a gente chegar aqui e exigir que o governo tenha um cronograma a partir de janeiro, se ele não vai pagar. A gente também tem que essa coerência e, claro, buscar medidas que venham a ajudar o governo a antecipar o pagamento.

Eu queria deixar esse testemunho e agradecer a V.Exa. o trabalho que faz aqui nesta Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero dizer o seguinte: o governo apresentou – a sociedade inteira está sabendo, a imprensa divulgou – que o cronograma é para a partir de outubro de 2016. Eu tenho convicção de que, dos projetos que estão aqui – não sei dos que vão chegar –, nenhum trata de tributos. Portanto, se os projetos não tratam de tributos, não há tanta urgência na votação. Na minha opinião – essa é a minha posição –, o governo precisa apresentar um cronograma coerente. Se ele mantiver essa posição de pagar a partir de outubro de 2016, eu tenho o direito de querer – e vou lutar por isso – que os projetos que estão tramitando sejam votados em agosto de 2016. Se o pagamento é a partir de outubro, vamos votar esses projetos em agosto. Quem sabe, quando chegar agosto, já melhorou a economia no Brasil? Tendo melhorado um pouquinho a economia, quem sabe os terrenos possam ser vendidos mais caros, para arrecadar mais?

Quero dizer também, Deputado Agaciél Maia, V.Exa. que é economista, que, passando esse momento crítico que a gente vive no Distrito Federal, é preciso que a sociedade inteira do Distrito Federal – esta Câmara Legislativa, o governo, empresários, padres, pastores, o arcebispo –, todo mundo se sente para discutir o futuro do Distrito Federal, porque, a continuar do jeito que está indo, isso aqui não tem futuro; a continuar do jeito que está indo, o sonho de Dom Bosco poderá se tornar o maior pesadelo do mundo. Portanto todos nós que temos responsabilidade com o Distrito Federal temos que ter essa clareza da necessidade de se travar esse debate.

A imprensa pode ajudar muito. O *Jornal de Brasília* e o *Correio Braziliense* podem promover seminários no sentido de a gente debater com clareza, sem paixão, o futuro do Distrito Federal. As televisões, os *blogs*, todo mundo precisa entrar nesse jogo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Eu não nasci em Brasília, mas tenho responsabilidade com esta cidade mais do que quem nasceu. Além de tudo, já tenho três netos nascidos aqui, e preciso de bem-estar e tranquilidade para eles.

Portanto, ou todos nós temos a clareza do rumo que o Distrito Federal está seguindo ou poderemos fracassar todos. Não será bom aquilo que foi sonhado por Dom Bosco se tornar o maior pesadelo da humanidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Quero acusar a presença do Administrador Regional de Samambaia, a qual muito nos honra. Obrigado, Claudeci Xavier.

Convido para fazer uso da palavra o Líder da Minoria, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Wellington Luiz, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, colegas de trabalho, imprensa, venho a esta tribuna, nesta tarde, num misto de tristeza e decepção com o posicionamento do Governador do Distrito Federal naquilo que foi a resposta dele aos trabalhadores do serviço público do Distrito Federal.

Estivemos na reunião do Colégio de Líderes quando foi acertado que se apresentaria um cronograma de pagamento e que se notificaria ou pelo menos se informaria a Câmara, e isso não aconteceu. Infelizmente só começam os pagamentos a partir de outubro do ano que vem e, segundo o que eu ouvi, só se nós aprovarmos o pacote, mais um que vem a esta Casa.

O que não se pode é jogar a responsabilidade, que não é nossa, aqui para dentro. A responsabilidade de pagar ou não o servidor público é do Governador do Distrito Federal, não da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Então esta Câmara e os Deputados estão aqui para intermediar essa crise que não é nossa, é uma crise do Governo do Distrito Federal.

Com muita boa vontade nós temos votado aquilo que chega a esta Casa para tentar estancar essa crise. Com muita boa vontade. Inclusive eu votei, e tantos outros Deputados.

Votamos o projeto da ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, Deputado Wellington Luiz. Que aconteceu com a tal da ARO? Era para pagar. Votamos aqui a retirada de dinheiro do Iprev para pagar o trabalhador, o que é inconstitucional. Mas era para pagar o servidor? Pagamos. Porém cadê os imóveis que seriam oferecidos em garantia? Mais uma vez, a gente fica estarrecido, porque o servidor público é, mais uma vez, desvalorizado!

Eu até apresentei uma sugestão, Deputado Wellington Luiz. Paga-se quase 600 milhões, 700 milhões aos empresários do transporte público do Distrito Federal. Prioridade é pagar o empresário ou prioridade é manter os serviços públicos como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

saúde e educação funcionando? É preciso saber qual é a prioridade do Governo do Distrito Federal.

Eu acho, Deputado Chico, que a Câmara Legislativa do Distrito Federal já deu toda parcela, já deu tudo aquilo que poderia dar para ajudar o Governo do Distrito Federal, mas não vamos fugir àquilo que é nossa responsabilidade. Nós estamos prontos ao diálogo, à conversa, mas desde que haja transparência, que haja verdade, que as coisas cheguem de maneira clara dentro desta Casa para que possamos votar, de tal maneira que o Distrito Federal não continue nessa crise.

Então, pelo menos por mim, quero aqui falar o seguinte: eu continuo em obstrução, porque não foram oferecidas as garantias reais de um pagamento dentro daquilo que seria a normalidade. E o que é pior: não vai se pagar o retroativo daquilo que é devido, que é direito. Direito não se arranca, direito se paga! É algo que foi conquistado. É preciso que o Governador entenda isso. Então, continuo em obstrução e espero que os nobres colegas que assinaram a obstrução continuem também, para que possamos votar algo do governo depois que, de fato, ele fizer alguma coisa concreta para acabar com a greve que assola o Distrito Federal.

Algumas categorias já estão em greve, outras estão entrando em greve. Brasília vai parar, se o Governador não tomar a responsabilidade e disser: "Olha, eu fui eleito, a responsabilidade de governar é minha". E chamar a sociedade para essa discussão, chamar todos para o debate. Eu tenho certeza de que a Câmara Legislativa não fugiu e não vai fugir de cooperar para acabar com essa crise. Mas volto a insistir: o Governador precisa chamar para si essa responsabilidade, que é única e exclusiva dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Parabéns pelo pronunciamento de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, a minha indignação não é muito diferente da de V.Exa., da do Deputado Chico Vigilante e talvez da da maioria dos moradores de Brasília.

Eu acho que o que estamos vendo nos últimos dias é algo estarrecedor. Esta Casa, por exemplo, sediou uma negociação que nós imaginávamos que conseguiria colocar fim a essas greves que beiram ao absurdo, se fossem de responsabilidade dos servidores. Mas todos sabemos que ela é de única e exclusiva responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Por quê? Pela forma como o governo fez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Nós trouxemos para cá a discussão, os trabalhadores nos usaram como porta-vozes, e nós, inclusive, no sentimos honrados por isso, porque esse é o papel do legislador, esse é o papel desta Casa. O Executivo veio para cá, colocou-se à disposição para fazer uma negociação e, para nossa surpresa, no dia seguinte, na sexta-feira, no prazo estabelecido, quando nos sentaríamos novamente para negociar, fomos pegos de surpresa! E o governo, de uma arrogância política sem tamanho, resolveu anunciar à mídia a sua imposição daquilo que ele achou que era o melhor para o Distrito Federal, esquecendo que uma negociação se faz sentando à mesa, discutindo, cedendo, ouvindo...

Mas não! Achou que empurrando goela abaixo, ameaçando os trabalhadores, jogando a responsabilidade para esta Casa, intimidando, os resultados viriam. Infelizmente, Sr. Presidente, o governo colocou mais gasolina no incêndio. Pode ter certeza de que as consequências serão drásticas. Essa estratégia do governo... Se é que há qualquer estratégia, pois já começo a imaginar que não há estratégia alguma! Não é possível, não imagino que haja qualquer tipo de planejamento! O que se faz neste momento é não dialogar com os servidores, é intimidá-los cada vez mais, acuá-los. E o resultado é o que vimos hoje: Brasília parada, o Distrito Federal à beira do caos, como não se via há muitos e muitos anos, apesar de haver direito legítimo, sagrado e consagrado!

Temos que lembrar, Deputado Bispo Renato Andrade, que esse reajuste foi devidamente negociado entre o Executivo e os servidores. O projeto foi encaminhado a esta Casa, aqui ele foi aprovado, foi sancionado pelo Governo do Distrito Federal, depois a matéria foi questionada pelo Ministério Público, e, mais uma vez, o Tribunal de Justiça consolidou esse direito por 17 votos a 0. Não me canso de falar isso para lembrar que não cabe ao Governador dizer se esse direito é válido ou não. É válido e acabou! Cabe a ele agora sentar com os servidores...

Eu entendo, passamos por uma crise financeira? Passamos. Então, vamos negociar de que forma esse reajuste será pago. Mas ignorar um direito como esse, por favor! Não é possível que alguém consiga compartilhar, comungar, desse entendimento.

Portanto, é fundamental que o governo mude a sua postura de negociação; é fundamental que o governo entenda que, se não fizer isso, Brasília vai entrar num colapso jamais visto na sua história! Os servidores têm direito, sim! Esse é um direito sagrado, volto a dizer, não há o que discutir! Temos que sentar e encontrar uma solução. Não adianta o governo sentar de um lado e dizer que não vai mais negociar! E o pior é que agora está inovando, está ameaçando os servidores públicos com o corte do ponto por estarem reivindicando o que lhes é de direito.

Sr. Presidente, o Governador já esticou demais essa corda; ela vai quebrar, nós sabemos disso! E, quando a corda quebra, não há vencedor. Podem ter certeza absoluta de que não há vencedor, todos nós seremos vencidos! Hoje, categorias essenciais, sensíveis, como o IML, a saúde, a educação, a carreira socioeducativa, o DER, o Detran, e muitas outras, estão paralisadas, e é claro que isso traz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

consequências gravíssimas à população do DF. Será que as autoridades do Executivo não enxergam que a postura está errada?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, quero parabenizar V.Exa., que sempre discursa com propriedade, que é um dos maiores defensores do serviço público em Brasília.

Contudo, às vezes – quero abordar esse assunto logo mais no meu pronunciamento de Líder – existe uma variável que nem os Deputados nem o governo controla, a lei da economia. Infelizmente, o Governo do Distrito Federal aumentou as suas despesas cinco vezes mais. A receita do ano passado para este ano cresceu 3,80% – nominal. Se descontar a inflação, que na realidade gira em torno de 10%, nossa economia teve uma retração de 7%. Então, há determinadas coisas que, por mais vontade política que exista, são inexequíveis. É matemático: não se pode aumentar as despesas cinco vezes mais e ter um crescimento de 3,78%, ou 3,80%. Não existe mágica para isso.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. é um homem experiente, foi presidente de sindicato muitos anos. Quanto ao tratamento político, realmente V.Exa. tem toda a razão. Mostrar as dificuldades, mostrar que há interesse em resolver, fazer o diálogo, é uma coisa totalmente diferente de dizer “não”. Nós tratamos desse assunto com o governo, sobre esse entendimento com os sindicatos. Depois, o governo fez o anúncio sozinho. Eu acredito que isso seja mais por falta de treino, do que má-fé. Infelizmente está acontecendo isso, a cultura dos sindicatos é diferente e a necessidade dos servidores não pode esperar. V.Exa. tem coerência no discurso que faz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. É exatamente isso que a gente hoje clama. Se falta dinheiro, tem que sobrar habilidade política, tem que sobrar criatividade e sobrar transparência. Na minha opinião, falta tudo. Além de faltar dinheiro, faltam os outros pré-requisitos que são necessários numa negociação. A coisa vai ficar difícil, realmente.

Na minha opinião, quando falta transparência, o que aparenta é que o governo está querendo usar os servidores públicos como massa de manobra. Na estratégia, o que me parece é que o governo está usando servidores públicos para querer aprovar o pacote da maldade. Ou seja, usa os servidores e arranca da Câmara Legislativa aumentos de impostos. Assim, serão garantidos os reajustes. Essa forma não funciona, é ultrapassada. Aqui ninguém é menino, ninguém chegou aqui ontem. Podem ter certeza de que não vai dar certo.

V.Exa. é extremamente experiente, Deputado Agaciel Maia, e sabe que, na base do diálogo e da negociação, aqui se arranca tudo. É plenamente plausível, e é do processo. Mas usar de subterfúgios, esqueçam. Aqui não vai passar. Não vai porque não dá certo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Venham para cá, negociem, sentem com a gente, apresentem os números, mostrem a real necessidade e, principalmente, tratem os servidores e a população do Distrito Federal com respeito. Aproveitem e deem carona aos Parlamentares. Neste momento, o que todos nós estamos esperando desse governo é respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Faço um apelo aos nobres Deputados, pelo menos aos Líderes. O Deputado Agaciel Maia será o último a falar. Peço aos nobres colegas que abram mão das suas falas, para podermos aprovar pelo menos os requerimentos. Não aprovamos nada há duas semanas. Caso haja *quorum*, até projetos dos Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso entendimento é de que não vamos votar nada hoje, não só projetos do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não foi esse o entendimento lá em cima, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É esse o entendimento que eu tenho.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Faço um apelo a V.Exa. Nós continuamos, enquanto V.Exa. pensa mais um pouquinho.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Hoje nós só vamos falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia pelo Bloco Força do Trabalho.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, às vezes nossa formação econômica e profissional, nos faz sofrer, Deputado Chico Leite, porque somos obrigados a enxergar, no meu caso como economista, um pouco adiante.

O governo, de 2013 para 2014, teve dificuldade de fechar a folha de pagamento. Utilizou as emendas dos Deputados e ainda conseguiu dar uma pedalada para poder pagar no mês seguinte. Em março de 2014, Deputada Telma Rufino, eu fiz um pronunciamento nesta Casa – e a Deputada Luzia de Paula é testemunha. Falei que se a economia continuasse sinalizando para um quadro recessivo – a lei da economia está acima de deputado e acima de governador; quando a economia está em processo recessivo, há um consumo menor e, portanto, uma arrecadação menor de receita pelo governo –, eu temia que em janeiro de 2015 não houvesse dinheiro para pagar os servidores. Também temia que em janeiro de 2015 houvesse dificuldade para pagar os fornecedores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Errei em 50%, Deputada Luzia de Paula. Com os fornecedores, os terceirizados e os prestadores de serviço, nós começamos a atrasar muito antes. Em janeiro deste ano, não tínhamos dinheiro para pagar a folha dos servidores do GDF. Num esforço em conjunto desta Casa – inclusive enalteço o papel do Deputado Chico Vigilante e de tantos outros Deputados, que buscaram saída para que o Governo do Distrito Federal não entrasse em falência, a exemplo do que já aconteceu com alguns outros estados –, nós buscamos, com a ajuda de todos os Deputados de todos os partidos, uma saída para que os servidores continuassem recebendo a folha de pagamento normal em 2015.

Deputada Telma Rufino, Deputada Luzia de Paula e demais Deputados, começo a me preocupar, ainda mais porque a economia do Distrito Federal, junto com a economia brasileira, dá sinais de aceleração no processo recessivo, o que significa dizer que a previsão é a de que se vai arrecadar muito menos.

Fiz uma discussão com o Deputado Wasny de Roure sobre o Fundo Constitucional, que, durante dez anos, só cresceu. Nosso Fundo Constitucional, Deputado Wellington Luiz, nada mais é do que um percentual sobre a receita líquida corrente da União.

Quando a economia nacional começou a apresentar os primeiros sintomas, o Deputado Wasny de Roure me perguntou qual a leitura que eu estava fazendo. Eu lhe disse: chegaremos a 2016 provavelmente não tendo nenhum crescimento no Fundo Constitucional, e olhe lá se não chegaremos a 200 milhões a menos do que em 2015. Errei. Em 2016, vamos chegar a mais de 400 milhões a menos dos repasses que são apurados de julho de um ano, a julho do outro, Deputado Ricardo Vale.

O que paga a segurança e a educação do Distrito Federal em 2016 já está apurado. Não tem mais mágica, não tem governador nem deputado que dê jeito. A lei da economia está muito acima de todos nós. Vamos ter mais de 400 milhões a menos no repasse do Fundo Constitucional. As despesas não diminuíram porque são com folha de pagamento, então vamos ter que usar recursos do Tesouro, para cobrir essas despesas.

Aí vai a pergunta: vamos ter algum milagre? Existe alguma coisa a se fazer? Sim. Nós precisamos, primeiro, orientar o governo. Se algumas iniciativas forem tomadas aqui, Deputado Chico Vigilante, provavelmente o governo terá condições, não de fazer o reajuste em outubro do próximo ano, mas antes disso. Temos Deputados e técnicos preparados tanto no Tribunal de Contas do Distrito Federal como no Executivo para dizer: aprovamos, desde que, na primeira oportunidade, assim que este governo tiver capacidade financeira, em vez de pagar em 1º de outubro, pague em 1º de maio ou 1º de março.

O que é difícil e está acima da vontade de qualquer deputado e de qualquer governador é estabelecer uma receita como se essa receita pudesse ser feita por decreto. Será que nós temos capacidade, será que os Deputados, o Governador ou o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Presidente da República têm capacidade de gerar uma receita, dinheiro simplesmente batendo uma folha de papel e assinando embaixo? Não. Não temos. O que nós precisamos é de criatividade.

O governo tem uma série de projetos que tramita na Casa. Muitos deles tratam da venda de imóveis, como os imóveis da SAB, que já está liquidada. Será que é mais interessante um prédio ser degradado, cair aos pedaços ou é melhor pagar ao servidor ou pegar esse dinheiro e colocar na economia do Distrito Federal para gerar emprego e renda?

Uma das iniciativas do governo é cobrar uma taxa sobre as áreas públicas. Há muitas áreas verdes. É até interessante. Seja no Lago Sul, seja no Lago Norte, seja em qualquer lugar, se você tem uma área verde, você vai pagar por ela. Deputado Chico Leite, V.Exa. que é o nosso orientador jurídico nesta Casa, é até bom que eu que cuide de uma área verde ou se eu a utilizo, que eu pague por ela, porque assim, ninguém vai chegar lá e começar a mexer. Se eu pago, eu vou poder dizer: não, isso aqui eu pago.

Penso eu o seguinte: imagine se o governo, que tem tido esse respaldo jurídico, apoio nas proposições corretas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, imagine se, concomitantemente com isso, Deputado Chico, o governo apresentasse ou conseguisse uma aprovação para que todos que têm casa em condomínio pagassem pelos terrenos? Esses condomínios hoje são considerados irregulares, mas são, praticamente, 600 mil residências que não têm escrituras. Se o governo, a exemplo do que está fazendo em relação às áreas verdes, apresentasse um projeto que viabilizasse o pagamento dos terrenos, a arrecadação cresceria. Esse projeto poderia ser para o morador do Morada Nobre, do Privê Lago Sul ou de qualquer outro condomínio, em qualquer outra cidade.

Esse projeto de lei complementar poderia até ser negociado com o Ministério Público para ver os aspectos formais, e o pagamento dos terrenos poderia ser feito diretamente ao Governo do Distrito Federal. A arrecadação de que nós estamos falando giraria em torno de 20 bilhões de reais. Vinte bilhões de reais tiraria a economia do Distrito Federal desse sufoco e daria condições de o Governador promover o desenvolvimento durante, pelo menos, uns dois anos.

Então, há muitas coisas interessantes, mas o apelo que eu faço aos colegas que já votaram é votarmos alguns projetos do governo que precisamos votar. Nós precisamos complementar essas votações para darmos condições ao governo de manter a economia do Distrito Federal andando, sem a necessidade de tributar.

Esta Câmara deu o exemplo, não aprovando iniciativas que iam atingir diretamente o bolso do contribuinte, como o aumento do IPTU, da Taxa de Limpeza Pública e da Taxa de Iluminação. Isso ia afetar a população mais pobre, mas se concedermos, Deputado Chico Vigilante, a exemplo desse projeto que já está tramitando, que visa a cobrar pelas áreas verdes que os moradores de Brasília utilizam, se criássemos condições de dizer: "Você que tem uma casa em um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

condomínio pode pagar o valor estipulado diretamente ao governo. A partir do momento em que você pagar o seu terreno, em que você construiu, adquiriu de boa-fé, seja de grileiro ou de quem quer que seja, a partir de agora você será o dono da sua casa. Ninguém vai mexer. Se você quiser fazer uma reforma ou construir, você terá o direito de fazê-lo.”

Deputado Ricardo Vale, se o governo fizer isso, nós vamos resolver o problema desses projetos acessórios que estamos tentando votar. Assim, pelo menos por algum tempo, o governo poderá respirar.

Eu não acho que o governo esteja agindo com maldade ou de má-fé, pode ser que não esteja agindo tão bem por falta de treino. Não digo por falta de experiência. Exemplo disso foi reunir a Câmara Legislativa, o Executivo e o sindicato e, depois, na hora de anunciar a data, citar apenas o governo. Nós nos sentimos subtraídos, pois fomos interlocutores durante quatro horas para tentar avançar nessa negociação e, depois, simplesmente, no anúncio, nós ficamos de fora.

O Governador Rodrigo Rollemberg, todos nós sabemos, é um homem íntegro, é um homem de bem, que está se esforçando para fazer um grande governo. Tem cometido alguns erros em termos de articulação política? Tem. Seja por assessoramento mal feito, seja por falta de experiência, mas uma coisa é importante dizer aos nobres colegas: esta Casa, que tem essa responsabilidade, não tem comunicação nenhuma, porque não tem. Sindicato tem comunicação com a população; governo tem comunicação com a população; mas nós o que fazemos e discutimos aqui, a maioria, é para assessores de Parlamentares. Que repercussão tem o pronunciamento ou a sugestão de um Deputado aqui? Quase nenhuma. Às vezes, há muita dificuldade de dar essas sugestões ao próprio governo.

Então, o que precisamos fazer é manter a economia do Distrito Federal funcionando. O que precisamos fazer, independentemente de viabilidade política ou não em 2018, é manter o nível de emprego. Enquanto houver interesses partidários e políticos, quem vai pagar o pato será a população mais pobre. Quem tem plano de saúde e é atendido em hospital particular pouco está se lixando se a rede pública de saúde está de greve. Quem paga e tem dinheiro para colocar seus filhos em colégios particulares pouco está se lixando se os professores estão indo dar aulas ou não. Por isso o ditado que diz que a corda quebra do lado mais fraco está prevalecendo.

O que precisamos, senhoras e senhores Deputados, é ter bom senso, é ter criatividade. Há muitos interesses contrariados. Falta habilidade do governo para construir e redesenhar uma base parlamentar dentro desta Casa para que ele possa, realmente, ter o diálogo e ter aprovados os seus projetos, mas existe esta semana. O governo tem esta semana para conversar com os Deputados, para explicar.

Deputado Wellington Luiz, nós estamos com dificuldade de entender o convênio do Brasil Central, um convênio firmado entre seis estados, em que o objetivo maior é o fortalecimento do BRB. Nós não conseguimos explicar isso direito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Nós precisamos que o governo crie um canal de comunicação. Nós precisamos que os secretários de governo estejam com os telefones ligados durante 24 horas para que, quando um Deputado ligar, eles possam prestar um esclarecimento. Mas nós ainda padecemos deste mal: o Secretário senta na cadeira e acha que é mais importante que o Governador. Se ele achar por bem, retorna dois, três dias depois uma ligação que o Deputado fez, às vezes, para pedir um esclarecimento sobre um projeto de interesse dele. O governo precisa fazer a correção. O governo precisa – e o Deputado Wellington Luiz tem toda razão – criar esse canal de esclarecimento. E nós temos pouco tempo, Deputado. Se não votarmos esses projetos que colocam oxigênio na economia local, infelizmente vamos ter, em termos de economia do Distrito Federal, um futuro sombrio.

Eu espero, com esse apelo, por parte do governo e por parte de nós Deputados, que façamos um esforço. Sou favorável e reconheço a fundamental importância que têm os servidores que estão em greve, mas eu acho que o governo poderia dizer: “Primeiro de outubro é a data máxima que nós vamos fazer, mas, se nós criarmos condições financeiras de anteciparmos esse reajuste, faremos.” Eu acho que falta isso, falta essa interlocução, falta melhor informação e comunicação por parte do governo, junto com esta Casa e com os sindicatos.

Era o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria primeiramente parabenizá-lo pelo discurso, pela aula que V.Exa. nos dá nessa questão da economia. Quero dizer que, a cada dia que passa, ficamos mais felizes de trabalhar ao seu lado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. V.Exa. é uma pessoa realmente eloquente.

Quero dizer a V.Exa. que eu acredito muito nessa reestruturação que o Governador Rodrigo Rollemberg acaba de fazer. Nós recebemos nesta Casa, como interlocutor, o Administrador de Brasília, que agora tem esse papel, Igor Tokarski. Eu tenho certeza de que, por aquilo que vimos conversando, dialogando com ele, é uma pessoa que realmente está vindo com esse papel de fazer esse elo com os Deputados. Realmente está se precisando muito disso. Muitas vezes, quando nós precisamos de certas situações do governo, demoramos muito a ter solução.

Mas eu acredito muito, Deputado Agaciel Maia, que o Igor vai tirar isso de letra. Quero dizer a ele que seja bem-vindo a esta Casa. Se ele realmente estiver disposto a ajudar, a dialogar com os Deputados, certamente vamos encontrar saídas para essa situação.

Quero dizer a V.Exa. que eu tenho andado muito por Brasília e uma coisa me preocupa muito: aonde vamos, só ouvimos falar de desemprego, de que a economia está caindo, de que o setor produtivo está em baixa. Isso nos preocupa muito. E eu trago para essa discussão uma reflexão de tudo aqui que V.Exa. está falando. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

acho que esta Casa já deu uma demonstração muito grande ao não votar temas polêmicos. Foi o caso do IPTU, da TLP. Mas existem projetos que estão nesta Casa que não vão atingir o bolso do contribuinte e que vão trazer um refrigério, um alívio para o governo.

Esta Casa também não pode ter sobre os ombros dela essa culpa de não poder ajudar. O que nós estamos querendo, e o governo está colocando aqui são projetos de venda de imóveis, de venda de ativos, essa questão do BRB, que é um convênio que realmente não vai trazer prejuízo para esta Casa. Nós não podemos deixar isso passar. Quem vai ser prejudicada é a população. Eu ouvi dizer que a Secretaria de Educação quer demitir 2 mil vigilantes. Nós precisamos, em algum desses projetos, ter essa consciência dos Deputados para que possamos votar e realmente tentar fazer com que Brasília saia dessa situação.

Deputado Agaciel Maia, quero parabenizar V.Exa. por esse discurso e fazer um apelo aos Deputados para fazermos uma reflexão sobre esse projeto de lei que discutimos. Há um acordo para ser votado na próxima terça-feira. Quem sabe, até terça-feira, poderemos votar e ajudar o Distrito Federal a sair dessa situação em que se encontra?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Deputado Wellington Luiz, eu quero agradecer a V.Exa. a tolerância do tempo e agradecer aos demais Parlamentares que tiveram a paciência de nos ouvir.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns pelo pronunciamento, Deputado Agaciel Maia.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Roosevelt Vilela. Seja bem-vindo. É um prazer enorme. Infelizmente, eu não estava aqui na hora da posse de V.Exa., mas seja bem-vindo. Pode ter certeza de que V.Exa. será muito bem acolhido por todos nós, ainda mais por mim, que sou bombeiro de origem. Então, é um prazer enorme tê-lo aqui conosco. Pode ter certeza de que V.Exa. terá de nós todo o apoio. Tenho certeza também de que V.Exa. fará um mandato exemplar, como foi toda a sua história. Que Deus o abençoe nessa nova empreitada. Conte conosco. Que Deus o ilumine.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Eu faço um apelo aqui aos nobres Deputados para votarmos o Requerimento nº 1.072, referente a uma audiência externa que farei na próxima terça-feira em São Sebastião. Caso ele não seja votado hoje, essa audiência pública poderá ser comprometida. Então, eu queria pedir que fosse incluído na Ordem do Dia o Requerimento nº 1.072 e que fosse votado ainda hoje, se possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato o pedido de inclusão do Deputado Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só dar um recado bem rapidinho a respeito do que vai acontecer na próxima quinta-feira, a comissão geral que vamos fazer.

O descaso dos planos de saúde em relação aos usuários está cada vez mais comum em Brasília. Levantamentos do Procon-DF demonstram que as reclamações em relação aos convênios dobraram entre 2012 e 2013 no Distrito Federal. Em 2014, o número de queixas superou os registrados em todos os outros anos.

Somos o segundo maior mercado de plano de saúde do mundo. Os preços ficam cada vez mais salgados, quase impossíveis de serem pagos pelos orçamentos das famílias e pelas empresas empregadoras. É necessário que esse segmento tão importante seja menos burocrático e valorize mais a vida humana.

Segundo os dados, um dos principais problemas apontados é a demora em diversos serviços: agendamento de consultas, autorização para realizar exames e atendimento em pronto-socorro, falta de médicos especialistas na rede credenciada, opções laboratoriais, hospitais e superlotação nas emergências.

No Distrito Federal, as principais queixas do consumidor são: recusa no atendimento, negativa de cobertura, reajuste abusivo da mensalidade, descumprimento contratual, alterações na rede credenciada sem o direito de informação prévia, cobranças indevidas.

Os planos de saúde estão tratando os pacientes apenas como um negócio. Enquanto a saúde for vista com esse desrespeito, não chegaremos a lugar nenhum e não teremos um serviço de qualidade, seja pagando ou utilizando o oferecido pelo Estado. Temos que melhorar a saúde como um todo, especialmente para aqueles que não podem pagar.

Por isso, vamos promover, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, Deputado Raimundo Ribeiro, dia 29, às 15h, aqui nesta Casa, uma comissão geral para debater com os representantes do segmento esse problema bastante recorrente em nossa cidade. A intenção, Sr. Presidente, é cobrar explicações do segmento, para que o primeiro passo para encontrar soluções e traçar metas para a melhoria da qualidade do serviço seja dado.

Então, esse é o recado, e conto com a presença de todos os Parlamentares nesta comissão que acontecerá nesta quinta-feira, às 15h, em que estaremos eu, o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Raimundo Ribeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Passa-se aos  
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preocupado com essa greve ainda, no Distrito Federal, quero fazer uma pergunta a V.Exas. Quando um trabalhador, um cidadão qualquer, seja ele servidor público ou da iniciativa privada, atrasa uma conta, seja de água, luz, IPTU ou IPVA; quando um empresário, um comerciante atrasa um imposto, seja o ICMS, o ISS, o governo dá um ano para ele pagar? O governo, o Estado espera um ano, até que ele tenha recursos, até que esteja melhor financeiramente ou, enfim, até que tenha condições de pagar? Pergunto também se o governo, além de esperar um ano, não cobra os juros, se o Estado não cobra os juros.

É claro que o Estado cobra e não se preocupa muito se a pessoa ou a família está em situação difícil, se o cidadão está desempregado ou se está empregado, se está tendo condição de pagar. Vire-se! O trabalhador tem que se virar e pagar, porque existem leis. Existem leis e as leis são para serem cumpridas.

Ora, como é que o Governo do Distrito Federal chega, agora, para os servidores públicos e faz uma proposta desta, completamente fora da lei: só vai começar a pagar o reajuste daqui um ano e sem o retroativo? A lei, para o povo, vale; para o Governador, para o governo, não vale. Como é que é isso? Se é lei, se é um direito conquistado, adquirido, o governo tem que se virar. O cidadão tem que se virar para pagar as suas contas? O governo não pode simplesmente chegar e falar: "Eu não tenho dinheiro. Não vou pagar. Se a Câmara aumentar um monte de impostos, a gente dá um jeito. Se não pagar, não posso fazer nada. Não pago nem o reajuste nem o retroativo."

É um absurdo a proposta que o governo fez aqui, depois de tudo o que esta Casa fez para intermediar o fim dessa greve. É um descaso com a cidade, não é só com os servidores, porque quem está sendo prejudicada é a população.

Eu queria pedir aos Deputados que são da base do governo, ao novo Secretário de Relações Institucionais, o Igor, que reabram urgentemente o debate com as categorias. O governo precisa apresentar uma proposta coerente. O governo não pode deixar esta cidade paralisada, dizendo que não tem dinheiro, que só vai ter dinheiro se a Câmara aumentar alguns impostos, se fizer alguns remanejamentos.

Lamento muito e quero dizer, como outros Deputados aqui já falaram, que não vou votar absolutamente mais nada para o governo, enquanto ele não voltar a negociar com os servidores. A população está sendo extremamente prejudicada e é a população pobre. É a população pobre que usa hospital; é a população pobre que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

depende da educação pública; é a população pobre que depende de uma segurança pública, e o governo não pode deixar a cidade nesse estado.

É preciso reabrir o diálogo. Nós, aqui – eu, particularmente, e muitos dos Deputados que estão presentes aqui –, desde o início do ano, temos ajudado muito o governo. Foram quase 1 bilhão e 500 milhões que a gente já aprovou para o ano que vem. O governo já tem um superávit, neste ano, de quase 1 bilhão e 800 milhões. Portanto, ele já poderia estar pagando os reajustes, a reposição salarial.

Então, o governo, na minha avaliação, precisa, urgentemente, reabrir o diálogo. Esta Casa precisa, de novo, intermediar isso. Nós, Deputados, precisamos, urgentemente, convencer o governo a voltar a dialogar com as categorias, para tentarmos resolver essa questão das greves de uma vez por todas. E aí, evidentemente, resolvendo essa questão das greves, a gente vê como faz para ajudar o governo a melhorar a sua condição financeira, o seu caixa. No entanto, da forma como o governo vem tratando os servidores, não há a mínima condição de nós, Parlamentares, continuarmos votando qualquer coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Ricardo Vale, pela coerência do pronunciamento.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não fiz uso da palavra nos Comunicados de Líderes, portanto, queria deixar registrado aqui o seguinte: nesse final de semana, tivemos um fato muito trágico nessa guerra que foi instalada aqui no Distrito Federal, entre taxistas e motoristas do Uber. Cinco taxistas fecharam um motorista do Uber, agrediram-no e até quebraram o seu patrimônio.

Quero deixar bem claro que, mesmo apoiando os taxistas, pois fui o autor do Projeto de Lei nº 282, de 2015, não coaduno com esse tipo de prática violenta que foi demonstrada. Mas deixo bem claro também que nem todos os taxistas são violentos como os desse episódio.

É lamentável a gente ver alguns órgãos tentarem generalizar, dizendo que todos os taxistas são violentos. Não são. Essa é uma pequena quantidade de pessoas que, infelizmente, por causa da indefinição que foi dada... porque, quando o Governador vetou o Projeto de Lei nº 282...

Inclusive, a Imprensa Nacional declarou no Jornal Nacional que, em noventa dias, estaria encaminhando um projeto de lei a esta Casa, para regulamentar e para modernizar o novo serviço de taxi, mas até agora existe essa indefinição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27   10   2015	17h10min	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Quero deixar bem claro que o nosso gabinete já encaminhou ao Governador Rodrigo Rollemberg proposta para essa modernização, que, na realidade, atende tanto aos usuários do aplicativo Uber, quanto aos taxistas. Deixo aqui o meu repúdio a essa ação violenta dos taxistas contra o motorista do aplicativo Uber, ocorrida no Setor Hoteleiro Norte. Os taxistas que estavam ali não representam toda a sua categoria. A grande maioria são pais de família que criam seus filhos. Aqui temos o exemplo do Deputado Ricardo Vale, cujo pai criou seus dois filhos – ele e o Conselheiro Paulo Tadeu – no banco de um carro, guiando um táxi no Distrito Federal.

Tenho certeza de que aquele grupo não representa os taxistas do Distrito Federal. Quero deixar bem claro o meu repúdio a essa atuação e parabenizar a Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia Militar, que, prontamente, agiram, prenderam os taxistas e já abriram inquérito contra essa atitude.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela (Pausa.)

Não havendo mais Parlamentares que queiram fazer o uso da palavra, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h30min.)